

Ajuda, do Bird.

O chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Francisco Luna, conclui, hoje, em Washington, mais uma rodada de negociações com o Banco Mundial (Bird), com vistas à definição de um pacote de projetos brasileiros que poderão receber financiamento da instituição durante o ano fiscal de julho próximo a junho de 1988, no montante de US\$ 2 bilhões.

As negociações, iniciadas no final do ano passado, não foram suspensas em decorrência da decretação da moratória pelo Brasil, a qual não afetou os créditos do Bird junto ao País nem os das instituições governamentais, limitando-se aos bancos privados.

Além de Luna, que viajou durante o Carnaval, prepara-se no Ministério do Interior uma missão técnica que seguirá este fim de semana para Washington, com o propósito de discutir a provável inclusão, no orçamento de recursos da instituição para o próximo ano fiscal, de projetos de financiamento a pequenos e médios agricultores nordestinos.

Na opinião de funcionários governamentais da área econômica que atuam na administração das cotas externas, a pronta cooperação do Banco Mundial tende a estimular uma alternativa que desde o início do governo da Nova República vem sendo considerada. Essa alternativa poderá ser acionada na hipótese de um colapso nas negociações do Brasil com os bancos credores, por causa da resistência do governo brasileiro em submeter a estratégia econômica ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI): a possibilidade de uma ação comum Bird-FMI de acompanhamento da economia brasileira.

Lembram os informantes que o Banco Mundial e o Fundo Monetário promoveram um monitoramento da política de ajuste da economia colombiana, conseguindo convencer os bancos privados a emprestarem Cz\$ 1,0 bilhão ao país. Além disso, o próprio Bird concedeu à Colômbia um crédito de US\$ 550,0 milhões, a partir da aprovação de um programa de ajuste interno de sua economia, resolvendo o problema político gerado com a decisão do governo de Bogotá de não se submeter integralmente às prescrições do FMI.

NO caso brasileiro, poderia ser examinada uma fórmula pela qual se preservaria o regime atual de **enhanced contacts** (contatos ampliados) com o Fundo Monetário, a qual garante uma inspeção anual por uma equipe técnica da instituição, na forma como dispõe a cláusula IV do acordo constitutivo do Fundo, e mais a remessa freqüente de informações por parte das autoridades brasileiras.

O sistema dos **enhanced contacts** seria, então, complementado, com uma atuação mais densa do Banco Mundial, que assumiria encargos de verificação e acompanhamento da execução de um, programa econômico de ajuste previamente negociado com os credores, a partir da manutenção da exigência básica e inarredável do governo brasileiro: a garantia do espaço para a continuação do crescimento sustentado da economia.

Não há, contudo indicação de que essa questão tenha sido abordada na longa entrevista que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, manteve, sábado passado, em Washington, com o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, embora o próprio Conable, ao visitar o Brasil, no final do ano passado, tenha mencionado a possibilidade de uma participação mais ativa do Bird no processo de renegociação da dívida brasileira, a exemplo do que havia ocorrido com o México.

CLUBE DE PARIS

Atraso na liberação de recursos preocupa o governo

A indecisão dos governos dos Estados Unidos, Europa e Japão de restabelecer o fluxo de financiamentos ao Brasil, através de suas instituições de crédito, preocupa as autoridades brasileiras, que contavam com a liberação de novos recursos a curto prazo para recompor as reservas e enfrentar o longo e difícil período de negociação com os bancos, sob o regime da moratória.

Uma qualificada fonte da área econômica que atua diretamente na administração desses créditos disse ao JT que a preocupação se justifica, pois, apesar de o Brasil ter firmado com seus credores o Clube de Paris um acordo de renegociação da dívida de US\$ 4,1 bilhões há mais de um mês, sob o compromisso do pronto restabelecimento do fluxo de recursos. Não há indícios de que isso ocorra a curto prazo.

Segundo o funcionário, há o temor de que os Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Alemanha e França, os principais fornecedores de créditos governamentais ao Brasil,

atrasem deliberadamente a abertura de negociações em torno da concessão de novos créditos voltados ao financiamento de projetos ou setores específicos da economia, na expectativa da definição de um acordo do Brasil com os bancos credores e da sustação da moratória, embora, formalmente, não haja relação entre as duas questões, pois a suspensão do pagamento dos juros não afetou a dívida com os governos, a qual já foi renegociada no Clube de Paris.

Reescalonamento bilateral

Outro obstáculo à retomada do fluxo de financiamentos dos órgãos governamentais de crédito ao Brasil diz respeito à negociação bilateral, para o acerto definitivo sobre como se processará o reescalonamento da dívida de governo a governo. Lembrou o informante que o acordo concluído no Clube de Paris foi de natureza global, restando, agora, o acerto do Brasil com cada país credor em particular.

É nesse acerto que são definidos os créditos abrangidos pelo

acordo global e as condições de pagamento específicas para cada país, embora respeitando os limites gerais acertados em Paris. O Brasil já providenciou esses ajustes bilaterais com alguns credores, como os Estados Unidos e o Canadá, mas ainda há problemas com outros, como o Japão.

Os japoneses desejam que a negociação seja feita em Tóquio, alegando que, tradicionalmente, tal acerto é feito na sede do país credor, enquanto os brasileiros insistem em que tudo deva ser negociado em Brasília, argumentando que isso já foi feito com os Estados Unidos, não havendo razões para a exigência japonesa.

Urgência

Além de divisas essenciais à recomposição das reservas, que o presidente Sarney afirmou serem de US\$ 3,9 bilhões, embora haja indicações de que elas estão limitadas a US\$ 2,4 bilhões, a urgência da retomada do fluxo de crédito externo de origem governamental tem outra explicação: são esses re-

ursos que possibilitarão o financiamento do Plano de Recuperação Setorial (PRS) do setor elétrico, permitindo os investimentos que a Eletrobrás pretende fazer para aumentar a capacidade de geração, que o ano passado cresceu menos de 3.000 MW.

Até meados do ano a Eletrobrás precisa receber do Exterior pelo menos US\$ 700,0 milhões correspondentes à parcela da operação de co-financiamento de US\$ 1,2 bilhão celebrada com o Banco Mundial, que já liberou sua participação, no montante de US\$ 500,0 milhões.

Esses US\$ 700,0 milhões, pela programação original, deveriam ser supridos pelos bancos privados, mas, como estes se negaram a negociar com o Brasil, o governo passou a pedir a cooperação das instituições governamentais, reivindicando uma contribuição de US\$ 300,0 milhões do Eximbank japonês. Quanto mais demorar a liberação desses recursos, mais se agravará a crise financeira da Eletrobrás.

Franco para o Brasil

A França vai liberar dois financiamentos para o Brasil; um, destinado à compra de equipamentos hospitalares, outro ao desenvolvimento de projetos especiais da Petrobras. A decisão foi anunciada ontem pelo ministro francês da Economia e das Finanças, Edouard Balladur, ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que revelou não estar ainda acertado o valor desses empréstimos.

Para Funaro, essa decisão da França representa um importante crédito de confiança ao Brasil e também um exemplo público de que entendeu a posição brasileira de suspender o pagamento dos juros da dívida externa, para proteger as suas reservas. De acordo com Funaro, "o Brasil já pagou muito pelos acordos feitos a curto prazo. Por isso, o País suportou quatro anos de recessão. Agora é hora de superar a crise. Não estamos pedindo dinheiro vivo; queremos negociar o total da dívida. Depois é que se vai pensar em pedir dinheiro", acrescentou o ministro da Fazenda.

Apoio da direita

"Brasil 1 x FMI 0" — Uma faixa com esses dizeres podia ser vista ontem em plena Rue de Rivoli, em Paris, diante do Louvre, onde está instalado o gabinete do ministro de Economia, Edouard Balladur, que recebia naquele momento o seu colega brasileiro, Dilson Funaro. Essa foi a única manifestação de apoio público na França à posição brasileira que decretou uma moratória de sua dívida. Essa manifestação partiu do Partido Operário Europeu, que representa na Europa o norte-americano Lyndon Laroche, dirigente de extrema direita, dissidente do Partido Democrata norte-americano e que se diz pretendente à sucessão de Ronald Reagan.

Na França, o grupo, que utiliza uma linguagem de extrema esquerda para defender suas posições de extrema direita, publica um jornal **Nouvelle Solidarité**, cujo último número alardeia: "O Brasil provoca a explosão do sistema bancário mundial, lançando a bomba da dívida". O jornal publica longos trechos do discurso do presidente José Sarney anunciando a moratória.

Após a moratória, o temor dos bancos dos EUA.

Os bancos privados norte-americanos temem que o problema da dívida externa latino-americana se converta em explosiva ameaça à estabilidade do sistema financeiro ocidental.

Fontes bancárias admitiram ontem sua incerteza quanto aos efeitos do problema e declararam que a presença do grupo negociador brasileiro em Nova York possa aclarar a situação.

O **Wall Street Journal**, o **New York Times** e o **Washington Post** dedicaram ontem grande espaço ao problema da dívida latino-americana depois que o Brasil decidiu suspender indefinidamente o pagamento dos juros de sua dívida externa.

"O embrulho creditício", intitula o **Wall Street Journal** sua principal informação e destaca a "profunda preocupação" e "frustração" dos bancos pela decisão brasileira e o temor de que a influência política possa ser o novo elemento na reestruturação das dívidas nacionais.

"A dívida brasileira, uma con-

juntura-chave", intitula o **New York Times** uma extensa análise da situação e os prováveis efeitos da suspensão de pagamentos.

"A dívida latino-americana ressurgiu" é o título do **Washington Post**.

Os analistas opinam coincidentemente que o desenlace das negociações brasileiras com os credores pode converter-se em exemplo para países como Equador, Argentina, Filipinas e outros com fortes compromissos externos.

Não deixa de ser visto como caso isolado o do Peru, cujo governo decidiu destinar unicamente 10% de suas receitas com as exportações ao pagamento dos US\$ 14 bilhões de sua dívida.

O temor dos bancos, assinalam os especialistas, ressurgiu depois da decisão brasileira, apesar de que em conjunto conseguiram acumular cerca de US\$ 80 bilhões às suas reservas para atender às emergências.

A criação das reservas para casos de emergência foi uma das consequências da eclosão da crise da

dívida em setembro de 1982, quando o México anunciou sua impossibilidade de pagar o serviço aos seus credores.

Pela primeira vez desde o início da crise provocada pela decisão brasileira, os meios norte-americanos admitem a existência de profundas diferenças entre os credores.

O Citicorp, o principal credor do Brasil, inclina-se por um plano de reestruturação dos pagamentos tão estrito quanto possível. Os bancos regionais, que rejeitam qualquer perspectiva de novos créditos, falam em considerar como perdas os empréstimos não cobrados, desde que os políticos adotem medidas adicionais.

Os bancos norte-americanos têm US\$ 24 bilhões em créditos ao Brasil dos US\$ 67 bilhões do total dos credores privados.

A possibilidade do efeito dominó do Brasil sobre os devedores foi desativada em parte a semana passada quando os bancos conseguiram um acordo de refinanciamento

da dívida chilena e venezuelana, opinam os analistas.

Os bancos norte-americanos, segundo a lei, devem realizar balanços trimestrais. As dívidas não cobradas passam para a conta das perdas. Por isso, a negociação com o Brasil pode tornar-se uma corrida contra o tempo.

Grandes corporações como o Citicorp têm comprometidos US\$ 4,6 bilhões em empréstimos ao Brasil, que significam 50,8% de suas ações, 57,3 do Chase Manhattan, 67,4% do Bankamerica, 61,1% do Manufacturers Hanover, 37,0% do J.P.Morgan, 45,7% do Chemical, 32,2% do Bankers Trust e 33,6% do First Chicago.

O Brasil busca um diálogo político com os governos dos bancos credores para conseguir uma solução compartilhada. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, cumpre um giro por seis dos países industriais credores. A dívida externa brasileira alcança US\$ 108,8 bilhões, a maior entre a dos países em desenvolvimento.

Ações em alta, na Argentina.

A Bolsa de Valores de Buenos Aires registrou, ontem, um volume recorde de negociações. Foi uma resposta altamente favorável dos investidores às recentes medidas econômicas — congelamento de preços e salários — anunciadas pelo governo, para injetar vida nova ao enfraquecido plano Austral. O volume total negociado na Bolsa chegou aos 23,9 milhões de austrais (cerca de 15,5 milhões de dólares), enquanto os preços das ações alternavam de um crescimento de 14,5% entre as empresas líderes, até o meio-dia, a um decréscimo de 1% no encerramento do pregão.

Ao mesmo tempo, o dólar no mercado paralelo baixou dois pon-

tos sobre sua última cotação: de 1,73 austrais, caiu durante o transcorrer do dia para 1,71. Na cotação oficial, o dólar está a 1,54 austrais, depois da desvalorização de 6,49% que entrou em vigor na semana passada. A desvalorização, anunciada pelo ministro da Economia, Jean Sourrouille, é a maior já ocorrida desde que o presidente Raúl Alfonsín lançou a nova unidade monetária, em 1985, como parte de um plano para combater a inflação.

Assim que as novas medidas foram anunciadas, cerca de 300 fiscais começaram a patrulhar o comércio de Buenos Aires, para fazer cumprir o congelamento.